



**ACRE:
FLORESTA
HABITADA,
PRODUTIVA E
CONSERVADA**

Programa de
Desenvolvimento
Sustentável
do Acre

Programa de
Desenvolvimento
Sustentável
do Acre

ACRE:

FLORESTA

HABITADA,

PRODUTIVA E

CONSERVADA





O Acre é uma referência nacional e internacional devido a iniciativas como as do PDSA, que além da conservação ambiental, promove a inclusão social e a geração de renda, respeitando cada particularidade das comunidades que vivem na floresta



ÍNDICE

COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE	11
Políticas Públicas e Sustentabilidade	12
PDSA	16
Histórico	18
Pioneirismo	32
Sustentabilidade e produção	34
PRESERVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO	39
Planos de ação	40
Cadeias produtivas	44
Borracha e Florestas Plantadas	48
Necessidade sociocultural	52
Economia solidária	58
Balde cheio e lucros maiores	62
Assistência Técnica e Extensão Rural	68
Suinocultura	78
FLORESTA MODERNA	83
Escoamento da Produção	84
Cadeia Produtiva Florestal	88
Cadeia de valor do cocão	90
Cosméticos	96
Buriti em alta	100
Comunidades extrativistas lucram com a extração de óleos e ajudam a conservar a floresta	104
Manejo Florestal contra o desmatamento	106
Necessidade e desafios	108
Árvores maduras	112

DE OLHO NO FUTURO	117
Nova realidade	118
Áreas Indígenas fortalecidas	124
Oleaginosas em Porto Walter	126
Instituto Dom Moacyr - Educação profissional de qualidade	130
DESAFIOS E BONS RESULTADOS	137
Desenvolvimento sustentável e duradouro	138
Base legal e regulatória	140
Monitoramento	142
Poupança em longo prazo	144



EXPEDIENTE

Sebastião Afonso Viana Macedo Neves
Governador

Nazareth Mello Araújo Lambert
Vice-Governadora

Márcio Veríssimo Carvalho Dantas
Secretário de Estado de Planejamento -
Seplan

Carlos Edegard de Deus
Secretário de Estado de Meio Ambiente -
Sema

Thaumaturgo Neto
Secretário de Estado de Extensão
Agroflorestal e Produção Familiar - Seaprof

Andréa Laiana Coelho Zilio
Secretária de Estado de Comunicação -
Secom

Marky Brito
Secretário Adjunto de Meio Ambiente - Sema

Quesnay Souza de Lima
Diretor Executivo de Projetos Especiais Se-
cretaria de Estado de Planejamento - Seplan

Claudia Lima Saldanha
Diretora Executiva de Acompanhamento da
Gestão Secretaria de Estado de Planejamento
- Seplan

Maria Rita Paro de Lima
Diretora Presidente do Instituto Dom
Moacyr - IDM

Paulo Sérgio Braña Muniz
Diretor de Produção Familiar – Seaprof

Eufnan Ferreira do Amaral
Chefe Geral da Embrapa Acre

**PRODUÇÃO EDITORIAL – SECRETARIA
DE ESTADO DE PLANEJAMENTO
(SEPLAN)**

Fotografias – Ângela Peres, Alexandre
Noronha, Arison Jardim, Diego Gurgel,
Elynalia Lima, Sérgio Vale, Pedro Devani,
Arquivo Secretaria de Comunicação.

Produção: Sociedade Banco de Projetos -
Ampb





An aerial photograph of a dense forest, split into two color-tinted sections. The top section is a deep, saturated green, while the bottom section is a lighter, more natural green. A white rectangular box is positioned in the middle, containing the text 'COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE' in a dark green, sans-serif font.

COMPROMISSO E
RESPONSABILIDADE

Políticas Públicas e Sustentabilidade



O compromisso do Acre em manter sua Floresta Habitada – valorizando seus povos e comunidades tradicionais; Produtiva – fomentando as suas cadeias de produção de baixo carbono e Conservada – reduzindo a pressão sobre a floresta e seus recursos naturais, o credencia como pioneiro nas políticas públicas voltadas para a nova agenda da economia verde.

O estado do Acre se destaca no cenário nacional e internacional pelo avanço que tem no seu zoneamento econômico-ecológico, na sua legislação e, sobretudo, uma característica muito importante que é o controle social, a participação de comunidades de base; extrativistas, produtores e povos indígenas, que acompanham e estão bem informados com cada política pública implementada. Políticas essas que visam o empoderamento comunitário e estimulam o aumento da renda.

O governo do Acre apostou num projeto amplo, no qual fomenta a produção e impulsiona o processo de geração de renda para as pequenas propriedades rurais de produção familiar. Um dos elementos-chaves nesse processo inovador é o Programa de Desenvol-

vimento Sustentável do Acre (PDSA). Este programa tem como finalidade promover o crescimento econômico do estado, em bases sustentáveis, proporcionando a geração de emprego, melhor distribuição de renda e a conservação da cobertura florestal.

Como a ocupação do estado é historicamente associada ao aproveitamento dos produtos da floresta, a preocupação central do programa foi implementar um modelo de desenvolvimento a partir do manejo e conservação dos recursos naturais, com estímulo ao setor produtivo e oferta de infraestrutura.

O histórico de desmatamento no estado, por exemplo, foi revertido com a implantação do manejo da madeira, iniciado em 2002 e teve uma redução em mais de 50% nos últimos dez anos. Esse panorama se torna importante ao analisar-se que um dos setores que mais tem elevado a economia do estado é a agricultura e a pecuária.

Aliar desenvolvimento, sustentabilidade e preservação é uma grande questão que tem no Acre um caminho, que vem desde a criação das reservas extrativistas até a base das políticas hoje implementadas.



Referência no país,
Acre investe nas ca-
deias de valor flores-
tais e agroflorestais





Graças aos investimentos do governo do Acre, o pequeno produtor familiar consegue assim uma opção viável para manter o seu modo tradicional de vida, em harmonia com a natureza.



O PDSA, autorizado pela Lei Estadual nº 1.420, de 18 de dezembro de 2001 foi financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A nova fase do Programa (PDSA II) também é financiada com recursos do BID e é composto de seis ações básicas:

1. Expansão e Consolidação das Florestas Estaduais para Produção Sustentável. O objetivo aqui é expandir e consolidar as áreas de florestas estaduais e os requisitos para produção sustentável.
2. Apoio ao Manejo Florestal Comunitário com o propósito de dar apoio técnico e financeiro para facilitar a vinculação entre produtores rurais e cadeias de valor no setor florestal.
3. Promoção de Cadeias de Valor Florestais e Agroflorestais Competitivas e Sustentáveis. A finalidade é aumentar a probabilidade de empresas estabelecerem novos negócios ou escolherem o Estado do Acre como provedor de produtos agroflorestais.
4. Mecanismo de Apoio para Promover o Desenvolvimento das Cadeias de Valor. O objetivo é financiar os custos parciais de investimentos e assistência técnica para desenvolver e executar os planos de gestão de negócios nos grupos produtores rurais elegíveis visando a estabelecer vínculos comerciais viáveis com cadeias de valor agroflorestais.
5. Fortalecimento da Gestão Pública Florestal e Agroflorestal para estabelecer um ambiente regulatório e políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento do setor florestal e agroflorestal, além de aumentar a capacidade institucional de gestão do setor florestal e agroflorestal.

1. Expansão e Consolidação das Florestas Estaduais para Produção Sustentável



2. Apoio ao Manejo Florestal Comunitário.

Nº do Lote	Código	Proprietário	Propriedade
ALTAMIRA I	ALT1	Adelmar Pereira da Silva	248,28
ALTAMIRA I	ALT2	Adelmar Pereira da Silva	271,55
ALTAMIRA II	ALT3	Adelmar Pereira da Silva	169,58
ALTO QUIRO	ALT4	Wilson Alves Mendes	107,12
BANANAL I	BAN1	Francisco Lourenço do Nascimento	107,12
BANANAL I	BAN2	Moroni Manoel dos Santos	107,12
BICA VISTA	BIV1	João Alves da Oliveira	107,12
BRASILZINHO I	BR1	Francisco Verzeze da Silva	107,12
BRASILZINHO I	BR2	João Maria Verzeze da Silva	107,12
CACHOEIRA	CAN1	Antônio Teodoro Mendes	107,12
CANDURU I	CAN2	Marcelo Pereira da Silva	107,12



3. Promoção de Cadeias de Valor Florestais e Agroflorestais Competitivas e Sustentáveis



4. Mecanismo de Apoio para Promover o Desenvolvimento das Cadeias de Valor.




5. Fortalecimento da Gestão Pública Florestal e Agroflorestal



A segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (PDSA II) foi oficializada em 17 de julho de 2013, quando o governador Tião Viana assinou, na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Brasília, o contrato para operação de empréstimo entre governo do Estado e BID.

O orçamento do Programa é de US\$ 120 milhões, sendo US\$ 72 milhões de financiamento do BID (60%) e US\$ 48 milhões de contrapartida, sob a responsabilidade do Estado do Acre (40%).





Castanha é um dos produtos que mais geram renda no Estado

A avaliação e comprovação, pelo BID, dos resultados alcançados no PDSA Fase I se mostraram satisfatórias para a aprovação desse novo investimento pelo banco.

O BID teve como base de referência, a estimativa de retorno econômico nas atividades

de concessão florestal nos 240 mil hectares do Complexo de Florestas Públicas do Rio Gregório e 155 mil ha do Jurupari.



Confira a seguir, as metas do PDSA II em cinco anos:

- Aumento em 8 % da renda do produtor familiar Agroflorestal;
- Aumento de 6% da participação do setor florestal no PIB do Estado do Acre;

- Inclusão socioeconômica de mais de 9.208 mil famílias de pequenos agricultores e comunidades tradicionais;
- Atrair empresas para a geração de novos negócios de produtos florestais e agroflorestais.



Inclusão socioeconômica de mais de 9.208 mil famílias



Aumento em 8 % da renda do produtor

4



Atrair empresas para a geração de novos negócios

3




Aumento de 6% da participação do setor florestal no PIB do Acre;

2

1





Uma entre as 20 empresas que mais produzem retornos financeiros para o estado, responsável pela maior produção de castanha beneficiada do país, a Cooperacre colocou em total funcionamento, em 2016, com ajuda do governo do Estado e recursos do PDSA para construção de novos galpões, a nova usina de beneficiamento de castanha, em Rio Branco.



25
anos
Chico Mendes
Vive Mais!

Projeto Açaí
PETROBRAS 50 anos







OUTLANDER L

tracre





Com o Acre sendo o segundo maior produtor de castanha-do-brasil, o fomento ao trabalho dos extrativistas se torna um dos focos principais do governo do Estado. As famílias contempladas pelo plano de gestão de valorização da cadeia de produção da castanha tiveram acesso a 22 quadriciclos com carroceria para transporte da castanha, 30 galpões para armazenamento da castanha. Duas caminhonetes, 236 animais de carga e quatro barcos a motor.

Até meados dos anos 80, durante o inverno, desciam pelo Rio Acre montanhas de castanha em balsas com destino a Belém, onde eram beneficiadas gerando emprego e lucro por lá. Essa história mudou e hoje a riqueza fica no Acre. As indústrias da Cooperacre beneficiam toda a castanha produzida no estado e ainda recebem o produto in natura de Rondônia e Amazonas.



BR 1

AMA



Castanha do Brasil

AMÊNDOAS DESCASCADAS E DESGORTIADAS

Fibra extra e extrativismo e viabilize o desenvolvimento sustentável.

ANÁLISE NUTRICIONAL

Porção 40g (10% da embalagem)

Quantidade por porção	Valor energético	Carboidrato	Proteína	Gordura total	Gordura saturada	Sódio
40g	200 kcal	10g	10g	10g	2g	100mg
100g	500 kcal	25g	25g	25g	5g	250mg

50% mais fibra







O Acre foi o primeiro estado a implementar uma política estadual de mudanças climáticas, redução das emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD) e outros temas ambientais.

Finalizado em 2010, o PDSA Fase I proporcionou ao Acre uma política florestal fortalecida, o aumento das áreas de manejo florestal e de Unidades de Conservação e Florestas Públicas, a valorização da floresta em pé e a diminuição das queimadas.

Tudo isso possibilitou ao Estado conseguir a redução da taxa anual de desmatamento de 0,54% (2002) para 0,14% em 2008.

O programa também possibilitou a melhoria de vida de 488 famílias, moradores de quatro florestas estaduais demarcadas e que fizeram parte da regularização fundiária realizada durante a execução do programa.

Somente na Floresta do Antimary, são 54 famílias beneficiadas com a regularização e outros investimentos feitos na região. A construção de novas moradias, acesso à educação, saúde, acesso terrestre para escoamento da produção e deslocamento também são fatores marcantes da vida dos moradores da região.

Confira os principais resultados de investimentos PDSA Fase I:

- Regularização Fundiária
- Estabelecimento e Gestão de Áreas Protegidas
- Fortalecimento do Sistema de Gestão Ambiental
- Geração e Transferência de Tecnologia
- Defesa e Inspeção Sanitária
- Gestão de Recursos Florestais
- Transporte Terrestre

Transporte Terrestre

Gestão de Recursos Florestais

Defesa e Inspeção Sanitária

Geração e Transferência de Tecnologia

Fortalecimento do Sistema de
Gestão Ambiental

Estabelecimento e Gestão de
Áreas Protegidas

Regularização Fundiária



A segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre amplia as áreas de florestas públicas e as concessões florestais para manejo de madeira, e já trabalhou na melhoria do tráfego dos ramais para escoamento da produção, promoveu as cadeias de valor e o fortalecimento da gestão pública florestal e agroflorestal do estado.

O projeto também proporcionou, em sua execução, assistência técnica, apoio financeiro e infraestrutura básica (recuperação de estradas secundárias) para ajudar os produtores rurais a ganhar acesso a cadeias de valor viáveis.

Para garantir a sustentabilidade, o PDSA II buscou melhorar as atividades do governo estadual para acelerar a regularização da posse e administração de terras, licenciamento ambiental, monitoramento e aplicação das leis vigentes e gestão das florestas estaduais.

O projeto apoia o aperfeiçoamento da legislação e regras regulatórias, melhorias nos processos administrativos e modernização de capacidades técnicas e instalações, além da adoção de novas tecnologias.

Além disso, o projeto busca ajudar 9.208 mil famílias a se associarem a cadeias de valor para o desenvolvimento sustentável de pequenas propriedades rurais, com SAFs (os roçados sustentáveis), manejo florestal madeireiro e não madeireiro.

Os fundos de contrapartida locais totalizam US\$ 48 milhões. O programa é executado pela Secretaria de Estado de Planejamento do Acre (Seplan).







Os investimentos do governo são possíveis devido à sua credibilidade no modelo de desenvolvimento sustentável. É graças a esse modelo de desenvolvimento que, atualmente, o Estado se tornou o segundo maior produtor de castanha no Brasil.





PRESERVAÇÃO,
SUSTENTABILIDADE
E VALORIZAÇÃO

Planos de ação



Como parte do PSDA II e do compromisso em atender e prestar assistência técnica ao pequeno produtor de forma ampla, reconhecendo o grande potencial da agricultura familiar, o governo do Estado, por meio da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) aprovou 46 planos de ação.

Com isso, foram investidos R\$ 59,9 milhões nas cadeias produtivas da borracha, castanha, frutíferas, pecuária leiteira e suinocultura. Mais de 3.015 famílias foram contempladas.

Associações, cooperativas e produtores demonstraram grande comprometimento na realização de suas atividades. Ao todo, 62 projetos foram inscritos, o que comprova a vontade de empreender dos agricultores familiares do estado.

Cinco planos para a castanha, 16 para a borracha, dois para a suinocultura, um para a pecuária leiteira e 22 para fruticultura foram aprovados e puderam melhorar o transporte de sua produção, comprar equipamentos, contratar assistência técnica, entre outros benefícios.

O investimento contempla 21, dos 22, municípios em todas as cinco regiões do estado.

Ainda no ano de 2017, graças ao PSDA II, o governo acreano firmou uma série de parcerias junto ao trabalhador rural do estado, seja por meio de editais ou programas de apoio.

O PSDA fase II prevê o fortalecimento da preservação ambiental, com o reflorestamento, e a geração de renda, pois as culturas cultivadas são todas comercialmente exploradas.

Em todo o estado, só por meio da Seaprof na gestão do governador Tião Viana, foram plantadas mais de três milhões de árvores de espécies madeireiras e frutíferas.

Essa visão integrada vai além do olhar de desenvolvimento sustentável, que o Acre adotou. Ademir Batista, coordenador do programa Floresta Plantada na Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), explica o que acredita ser um dos pontos fortes nesses seis anos em que o programa é executado.

“Com a melhora da qualidade de vida, as famílias permaneceram na terra, não migrando para as cidades já bastante populosas. Junto a isso, nossas florestas continuam em pé e crescendo mais. Quem dá proteção para a mata, são as pessoas que nela habitam”, diz Ademir.

Investimentos em cadeias de Valor





“Hoje, quando olhamos uma propriedade da agricultura familiar gerando uma renda média de mais de R\$ 5 mil por mês, mostra que o governo dando o apoio para alavancar a economia rural e a família disposta a produzir, achamos caminhos para o desenvolvimento econômico, a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas”, governador Tião Viana





DADOS CASTANHA

- Nº de famílias beneficiadas: 356 famílias e indiretamente foram 1.000 famílias
- Valor do plano da castanha: R\$5.187.696
- Nº de planos: 4 planos da Castanha
- Armazéns construídos: 25 armazéns, sendo: 11 Xapuri, 1 sena Madureira, 1 Assis Brasil, 4 Bujari, 2 rio branco e 6 Brasileia**

Para garantir maior diversidade na agricultura familiar do Acre, o governo do Estado fomenta várias cadeias produtivas com incentivos e assessoria técnica. O programa é mais uma oportunidade que o Estado proporciona aos agricultores de terem uma renda permanente e melhorar a qualidade de vida das famílias.

A Secretaria de Produção Familiar e Extensão Agroflorestal (Seaprof), trabalha com cadeias produtivas determinantes para a pre-

servação, sustentabilidade da floresta e a valorização das populações tradicionais do estado. Entre as principais atividades, estão a castanha, borracha, frutíferas, suinocultura e o leite. Os bons resultados dos planos de gestão aprovados pelo governo são comemorados pelas comunidades e pelas cooperativas que representam os pequenos produtores.

Wally Stanley Araújo, técnico do Seaprof e coordenador da cadeia produtiva de casta-

nha, afirma que o PDSA II garantiu aos produtores locais uma ampla infraestrutura na questão logística.

“Graças à parceria junto ao governo, foram construídos armazéns, além da compra de quadriciclos e de animais para o transporte e escoamento da castanha”.

O coordenador diz que graças à atuação da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), que representa 38 cooperativas e associações, o preço da castanha acreana melhorou muito.

“Antes, o preço da castanha era muito baixo, com o preço da lata na média de 5 a 6 reais. Hoje, chega a 52 reais. Isso tudo graças à estruturação da cooperativa”, garante Wally.

Manoel Monteiro, superintendente da Cooperacre, que atua na reserva extrativista Chico Mendes numa área que abrange cinco municípios do Acre, lembra que a produção e venda da castanha e da borracha da seringueira nativa eram problemáticas em anos anteriores.

“Com o passar dos anos, fomos conseguindo algumas conquistas como unidades de beneficiamento de castanha e


usinas de GEB para a borracha”, diz, referindo-se as usinas de produção do principal tipo de borracha utilizada pela indústria: o Granulado Escuro Brasileiro.

Manoel ressalta que programas como o PDSA II foram importantes para a melhoria de renda dos pequenos produtores e que esse tipo de incentivo na diversificação do plantio evita o desmatamento da floresta.

“O produtor é muito imediatista, por isso muitos preferem desmatar e investir na pecuária. Algo rápido e lucrativo em curto prazo. Mas quando ele vê o vizinho trabalhando de outra forma e aquilo dá certo, ele compra a ideia”, garante.

O superintendente lembra que este ano, pela primeira vez, graças a fruticultura, as comunidades não vão precisar comprar maracujá de outras regiões.

“Além de trazer renda para o produtor local, [este tipo de plantio] também diversifica as propriedades”, diz Manuel, que atende dois mil cooperados.

A person wearing a pink long-sleeved shirt and light blue pants is kneeling in a forest, processing Brazil nuts. They are using a blue tarp on the ground to hold the nuts. The forest floor is covered with fallen leaves and branches. In the foreground, there is a large pile of dark, round Brazil nuts. The background shows several tree trunks and dense green foliage.

Ao longo dos últimos anos, os investimentos do governo do Acre em comunidades extrativistas e nas condições de beneficiamento têm mudado a vida de quem vive da coleta de castanha-do-brasil no estado. Comunidades extrativistas de Xapuri, Sena Madureira, Brasileia e Rio Branco que foram beneficiadas com investimentos em armazenamento e escoamento da produção. Cenas onde o escoamento era feito de forma precária e insalubre para o extrativista, ficaram no passado.



Borracha e Florestas Plantadas



A Cooperacre coordena um dos planos de gestão vitoriosos no Alto Acre que tem como prioridade a produção de borracha, matéria prima que já colocou o Estado em destaque no cenário mundial.

Hoje, no Brasil, grande parte da borracha é importada de outros países para suprir o consumo interno e o Acre ocupa o terceiro lugar como produtor de borracha natural da região Norte. Porém, o objetivo do governo do Estado é aumentar a produção por meio de subsídios em seringais nativos e também em florestas plantadas.

Em nosso país, a demanda de borracha é maior que a sua oferta. Isto se deve a necessidade de diversos setores industriais que incluem desde a fabricação de pneumáticos a materiais hospitalares.

A produção extrativista, incluindo a borracha, ainda é hoje a base de sobrevivência de muitas famílias que moram na floresta e sobrevivem desta atividade.

O PDSA II prevê a ampliação do setor privado com economia justa, competitiva e de base florestal, inserindo-se na Política de Valorização do Ativo Florestal. Esta política tem como meta a regularização do passivo ambiental em áreas desmatadas ou já degradadas.



Junto às seringueiras, estão sendo plantadas em consórcio, um modelo de Sistema Agroflorestal (SAF), castanheiras e frutíferas, como banana, acerola, graviola, limão, abacaxi e açaí, que trarão retorno financeiro antes das primeiras seringueiras puderem ser cortadas.



A produção extrativista,
incluindo a borracha, é hoje
a base de sobrevivência de
muitas famílias





Uma importante iniciativa de agregação de valor a borracha como instrumento de gestão voltado para o desenvolvimento social, os Planos de Gestão da Cadeia de Valor da Borracha respondem a uma necessidade sociocultural e econômica de comunidades extrativistas que buscam autonomia econômica, aumento de renda e melhoria na qualidade de vida.

O plano desenvolvido pelo Grupo Alto Acre envolve 15 famílias da região de Xapuri numa área de 30 hectares. Ali, a Cooperacre por meio de parceria com o Estado pretende implantar uma indústria de GEB (Granulado Escuro Brasileiro) no município de Sena Madureira.

Esta ação permite melhor remuneração sobre a venda da borracha e também estímulo para que várias famílias sejam incentivadas a retomar as atividades de extração do látex nos seringueiros nativos.

É importante salientar que além do GEB, houve também priorização para a execução de atividades que envolvam a Folha de Defumação Líquida (FDL) e o látex líquido para as

indústrias de preservativo. O látex líquido, o FDL e o GEB formam a Cadeia de Valor da Borracha (CVB) no Acre.

O plano está associado ao Programa de Florestas Plantadas. Para isso, são disponibilizadas aos pequenos produtores mudas de seringueiras; castanheira; acerola; graviola e açaí. Soma-se a isto a aquisição de insumos, capacitações e assistência técnica necessários para o desenvolvimento das atividades e ações.

É importante ressaltar que o plantio consorciado com frutíferas já serve para a geração de renda das famílias extrativistas.

O produtor e seringueiro Luiz da Silva Almeida afirma que é uma honra participar do projeto que lhe garante renda e novas perspectivas de trabalho. Ele conta que ficou surpreso com o valor que recebeu após sua primeira colheita de borracha.

“Eu colhi 118 quilos de borracha e fui vender para a Cooperacre. Achei que iria

receber uma mixaria, mas me pagaram 507 reais. Sai de lá fluando e fui pagar os documentos da minha moto que estavam atrasados”, lembra.

Luiz, que está no programa já há sete anos, afirma que o tempo de espera para a extração do látex dos seringais compensou e garante:

“quem plantou, logo vai colher”.

“Quando plantei as primeiras mudas, minha netinha havia acabado de nascer. Hoje ele já está juntando os frutos das seringueiras comigo”, afirma.

DADOS FLORESTA PLANTADA


- Nº de planos: 14 planos
- Nº de famílias beneficiadas: 1.1175 famílias
- Quantidade de muda: 799.245 mil mudas

•Valor dos planos da floresta plantada: R\$ 9.530.896,99

•Hectares plantados: 2.092 hectares



Luiz, no início de 2018 já começou a comercializar o fruto de sua primeira extração de látex

A photograph showing a person's hands holding a young rubber tree seedling in a black plastic nursery bag. The person is wearing a gold watch and an orange shirt. The background is filled with many other similar seedlings in black bags, growing in a nursery under a blue sky with light clouds. The seedlings have green leaves and thin brown stems.

Melhor remuneração sobre a venda da borracha e também estímulo para as famílias





1 LÁTEX IN NATURA

A Natex foi desenvolvida com a missão de contribuir com a sustentabilidade econômica e social da floresta tropical acreana por meio de soluções tecnológicas no uso sustentável dos recursos naturais locais, em especial a seringueira. Esses objetivos foram atingidos ao longo de 11 anos de projeto e operação da Natex, como atestam os mais de 170 empregos diretos que foram gerados em seu auge, as mais de 700 famílias cadastradas envolvidas no processo de extração do látex e a produção anual de 100 milhões de preservativos.





E por falar em fruticultura, o PDSA fase II garante também apoio técnico aos pequenos produtores que acreditam e apostam em um aumento de renda, à longo prazo, e na diversificação das culturas de produção. Em Tarauacá, um dos municípios atendidos pelo programa, Manoel José dos Santos Bezerra, presidente da Cooperativa dos produtores familiares e economia solidária de Tarauacá (Cooptacre), afirma que a parceria junto a Seaprof é um diferencial e tanto nesse processo.

“A Seaprof colocou sua equipe a disposição da cooperativa para o trabalho que realizamos atualmente de fruticultura. Isso é muito bom, porque no passado, a comunidade teve dificuldades, pois sem orientação, muitas mudas não vingaram”, informa Manoel.

O presidente afirma que a secretaria disponibilizou um técnico florestal para cada 32 produtores, atendendo um total de 222 cooperados que trabalham no cultivo de maracujá, graviola, acerola e açaí das espécies solteiro e de touceira. Foram R\$ 5,8 milhões investidos na Cooptacre por meio do PDSA II.

“Esse projeto fortalece a economia de Tarauacá e nosso objetivo é que em um ano e meio tenhamos retorno. Acredito que isso vai alavancar a renda dos cooperados e no futuro, queremos atender mais produtores da região”, diz Manoel.



Com uma economia de base diversificada, o governo do Acre tem impulsionado a produção sustentável na floresta por meio do Programa de Fruticultura. A iniciativa, além de fomentar o plantio de espécies frutíferas, com alto valor de mercado, contribui para a recuperação de áreas alteradas, geração de emprego e renda na floresta e para a segurança alimentar dos agricultores.

Plantio consorciado com frutíferas já serve para a geração de renda das famílias extrativistas



DADOS FRUTIFERA

Principal objetivo dos planos: contribuir com o desenvolvimento social, ambiental e econômico nas comunidades rurais por meio do aumento da área de cultivo de frutíferas

- Nº de famílias beneficiadas: 1.712 famílias com os planos das modalidades Direta e Indireta
- Nº de planos da fruticultura: 22 planos sendo (11 Direto e 11 Indireto)
- Quantidade de mudas: 1 milhão e 622 mil (Açaí touceira e açaí solteiro, acerola, graviola, maracujá, castanha, seringueira).
- Valor do plano da fruticultura: R\$ 37.841.623,04
- Toneladas de insumos para o plantio adquiridos: 100 toneladas (Adubo e fertilizante + calcário)
- Aquisição de sementes nos Planos de gestão: Previsão de 12.613,50kg com os seguintes tipos de semente: 3 de maracujá híbrido BRS, Gigante Amarelo, Sol do cerrado e Rubi do Cerrado, dois tipos de sementes de feijão – Porco e Guadu; e mais sementes de Campi Mombança e de milho
- Kit de Sistema de Irrigação: 747 kits
- Capacitação realizada pela cadeia de valor da fruticultura: 529 capacitados, sendo 39 técnicos e 494 agricultores beneficiados pelo PDSA Fase II



Balde cheio e lucros maiores



Outro projeto de sucesso no interior acreano é o Balde Cheio, inspirado no programa de mesmo nome criado na USP de São Carlos (SP). A cadeia do leite no Acre já colhe os resultados dos investimentos que o governo do Estado tem aplicado no setor com incremento de tecnologia, aliada à assistência técnica e entrega de insumos.

São oferecidos insumos para melhoria e correção de solo de áreas de pastagens, equipamentos para melhor acondicionamento de produtos da cadeia leiteira e tudo segue com acompanhamento de técnicos qualificados da Seaprof.

A secretaria atua na prestação e apoio em propriedades de pequeno e médio porte, disponibilizando assistência para comprovar com resultados práticos que, mesmo em áreas pequenas, é possível melhorar a qualidade do leite.

Um bom exemplo é o trabalho do produtor Arquileudo Ferreira Jardim, no assentamento da Baixa Verde, zona rural de Rio

Branco. Durante anos trabalhando com gado de corte, ele resolveu apostar no gado leiteiro com apoio do governo estadual.

“Eu colocava nessa área dez vacas e num dia o pasto já estava todo batido. Logo, tinha que tirar, levar para outra área e o manejo era muito ruim, o capim era feio. Foi quando ouvi falar no trabalho do Dantas e do Alexandre Benvindo [técnicos da Seaprof] procurei eles e pedi ajuda”, conta o produtor.

Arquileudo conta que começou com o chamado piquete, área de pastagem, de 11 por 17 metros, de forma intensiva. Como não tinha adubo específico, usou a ‘cama de frango’, técnica que utiliza adubo feito de fezes de galinha, e gostou do resultado.

“Um ano depois, fizemos os piquetes de 25 por 47 metros e outros de 25 por 25 metros. Fui vendo que o projeto de piquetamento era bom. Logo depois, veio o projeto da adubação. Foi assim que o leite começou a melhorar”, diz o produtor, que recebeu do governo do Estado 15 toneladas de calcário, além de 60 sacas de adubo para corrigir o solo.

Hoje ele diz que sua pastagem está ótima e a produção do leite aumentou consideravelmente com um número reduzido de animais.

“E isso é uma experiência de três meses. Tenho certeza que quando vocês voltarem *pra* me entrevistar novamente daqui a algum tempo, vai estar muito melhor”, garante.







Por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (PDSA II), a Seaprof oferece assistência técnica aos produtores rurais. Na cadeia de valor da pecuária leiteira são aplicadas novas tecnologias para a verticalização da produção agregando melhores condições no campo e aumento da renda para o produtor. As novas tecnologias envolvem estratégia de alimentação da vaca leiteira, desde a produção de alimento volumoso, utilização de calcário, ordenha, correção de solo, adubagem, divisão de pastagem.



Qualidade técnica

Alexandre Fernandes, veterinário da Sea-prof, diz que Arquileudo é a prova de que, graças ao apoio técnico do governo, a qualidade prevalece sobre a quantidade.

“Hoje ele tem menos de sete hectares e trabalha com manejo rotacionário de pastagem com capim de qualidade”, afirma.

O veterinário diz que essa metodologia do programa Balde Cheio, aumenta a produção de leite por hectare, com os animais comendo melhor e produzindo mais.

“Isso impede que o produtor abra novas áreas pela floresta para ter que produzir mais leite. Esse é o viés ambiental que o projeto tem”, informa Alexandre.

DADOS BACIA LEITEIRA

- Número de famílias beneficiadas: 67 famílias
- Valor do Plano da bacia leiteira: R\$ 1.555.569,73
- Municípios beneficiados: Rio Branco, Senador Guimard, Plácido de Castro, Acrelândia, Porto Acre, Bujari, Brasileia, Epitaciolândia, Sena Madureira e Manoel Urbano.

- Principal objetivo do plano: realizar a recuperação de 461,40 hectares de áreas alteradas com arranjos produtivos.
- Insumo principal para o plano: 10.900 kg de sementes de Capim Mombaça, 650kg de sementes de milho para silagem.
- Insumos (calcário e adubo) para plantio adquiridos: 1.318 toneladas



Assistência Técnica e Extensão Rural



É bom ressaltar que para realização de serviços de assessoramento técnico junto aos produtores rurais e suas organizações (associações e cooperativas) beneficiárias do PDSA II, a Seaprof contratou empresas prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

As atividades foram voltadas para as comunidades envolvidas nas Cadeias de Valor Florestais e Agroflorestais do Acre (Frutíferas, Castanha, Borracha, Suínos e da Pecuária Leiteira), situadas nas regionais do Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá/Envira e Juruá, visando à estruturação e fortalecimento da Produção Familiar, além da inclusão socioprodutiva das comunidades no processo de fornecimento de matéria-prima às agroindústrias de processamento locais.

A atividade faz parte do Componente de Fomento as Cadeias de Valor Florestais e Agroflorestais Competitivas e Sustentáveis e Sub-Componente de Mecanismo de apoio para promover o desenvolvimento das Cadeias de Valor.

Entre os objetivos específicos da ATER estão:

a) Executar as atividades necessárias no processo de organização comunitária visando à implementação dos Planos de Gestão das Cadeias de Valor prioritárias no âmbito do PDSA Fase II;

b) Acompanhar as famílias na implementação de tecnologias nas atividades de preparo da área, plantio, tratos culturais, colheita e pós-colheita, bem como, nas práticas e manejo de produtos agroextrativistas e das criações, com bases nos princípios da agroecologia;

c) Articular com outras instituições e entidades parceiras, as atividades necessárias ao desenvolvimento rural, como forma de complementar as ações previstas com recursos do Programa PDSA-II, sobretudo o crédito rural e os programas de comercialização governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e outros que incluam os produtores familiares como beneficiários);

d) Executar os processos de capacitação necessários para o fortalecimento das atividades socioeconômicas e ambientais inerentes às Cadeias de Valor;

e) Assessorar na mobilização e organização das famílias envolvidas para participação em feiras locais, voltadas às cadeias produtivas sustentáveis priorizadas no âmbito do PDSA II.

Interesses coletivos

São beneficiados com serviços de ATER, um total de 1.827 famílias de comunidades e organizações produtivas da agricultura familiar, localizadas em área de atuação direta do PDSA – BID/Fase II .

São comunidades que fazem parte dos Planos de Gestão das Cadeias de Valor inseridas no programa. Estes Planos são a principal referência para que a ATER seja aplicada, por apresentarem o detalhamento das atividades que fazem parte do desenvolvimento das ações.

Os planos representam os interesses coletivos de produtores organizados formalmente em cooperativas e/ou associações e por grupos de produtores não organizados, baseando-se nos seguintes elementos:

a) Intervenções coletivas de produtores, buscando reduzir os custos de transação para a provisão de assistência técnica e extensão rural;

b) Intervenções que respondam às necessidades dos produtores para atendimento de demandas de mercado (de acordo com as cadeias produtivas agroflorestais priorizadas pelo CDRFS – Conselho de Desenvolvimento Rural Florestal Sustentável), conjuntamente com as ações, áreas e comunidades a serem apoiadas;

c) Viabilidade do ponto de vista técnico, ambiental e econômico;

d) Implantação baseada em metas verificáveis e mensuráveis no tempo, relacionando produção, processamento, comercialização e mercado dos produtos oriundos das Cadeias de Valor contextualizadas nos Planos de Gestão.

Atuação

A atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER é baseada nas seguintes atividades:

a) Reuniões Iniciais – Esta atividade acontece junto a todas as comunidades envolvidas com os planos de gestão das cadeias de valor conduzidos com recursos do PDSA II, ainda que as comunidades envolvidas já possuam recursos previstos para serviços de ATER. As reuniões têm a finalidade de resgatar os princípios e procedimentos assinados nos planos de gestão dos quais fazem parte, sendo necessárias análises relacionadas à situação de cada comunidade envolvida no início dos serviços de ATER (status e diagnóstico rápido participativo) e planejamento das prioridades de intervenções, cronograma e mobilizações.

b) Visitas Técnicas – Intervenções pelos técnicos (diretamente) nas unidades produtivas, com a finalidade de facilitar as tecnologias em práticas sustentáveis de produção, beneficiamento/processamento de produtos, incluindo o suporte necessário para acompanhamento ou esclarecimentos relacionados aos Planos de Gestão. Diferentemente das reuniões, oficinas e intercâmbios (intervenções coletivas), as visitas são voltadas às famílias que necessitam de mais acompanhamentos nas suas unidades produtivas.

c) Reuniões Técnicas - Eventos com a participação das famílias beneficiárias da assistência técnica e extensão rural, destinadas para apresentação da equipe e das ações gerais do projeto, resultados dos diagnósticos e respectivos planejamentos (incluindo o suporte necessário para elaboração ou conclusão dos Planos de Gestão), monitoramento e avaliações relativas ao andamento das atividades pactuadas. Esta é uma das principais intervenções para os grupos de produtores familiares que se encontram mais dispersos no interior das áreas de maior cobertura florestal.

d) Cursos, Intercâmbios e Dias de Campo – métodos coletivos com vistas a disseminar





tecnologias já validadas voltadas para a produção sustentável, processamento e comercialização de produtos familiares. Durante estes eventos são abordadas as respectivas interfaces com questões relacionadas às necessidades de organização social, econômica e ambiental nas quais estão inseridas as unidades produtivas familiares.

As comunidades específicas são definidas a partir de critérios relacionados a fatores como distância em relação às demais comunidades existentes em cada município; infraestrutura existente para realização dos eventos; capacidade de acesso terrestre ou fluvial nos meses de maior dificuldade; nível de organização comunitária para projetos de desenvolvimento rural.

A empresa prestadora de ATER apresenta a metodologia de execução, localização específica das famílias e comunidades, custos e cronograma das reuniões no plano de trabalho.

Os intercâmbios são realizados também com comunidades localizadas fora das áreas relacionadas nos municípios e regionais priorizados neste Termo de Referência, sendo necessário o planejamento prévio apresentado pela prestadora, sobretudo no que se refere à temática a ser abordada e – assim como os cursos e oficinas –, pertinência com as cadeias de valor priorizadas pelo PDSA II.

Estas atividades acontecem nas próprias Unidades Produtivas, previamente definidas como Unidades de Referência indicadas pela coordenação da Seaprof, bem como em associações, cooperativas e outras localidades, nos quais os Planos de Gestão estiverem implementados de acordo com a Cadeia de Valor Prioritária referente a cada comunidade.

Compromisso

Portanto, para consolidar as cadeias de valor priorizadas nos respectivos planos de gestão, a prestadora assumiu o compromisso de promover as seguintes ações:

a) Fortalecimento do Associativismo/ Cooperativismo – Uma das principais necessidades identificadas junto às comunidades para gestão coletiva dos equipamentos e demais recursos adquiridos através dos Planos de Gestão, utilizando métodos básicos de ATER como reuniões, cursos e intercâmbios com outras comunidades de boa referência;

b) Assessoramentos à condução de sistemas produtivos – conforme verificado em todos os Planos de Gestão, o componente produtivo desempenha uma das prioridades das famílias. São necessárias intervenções para auxiliar os beneficiários em técnicas de plantio, extrativismo e criações, processamento, armazenamento e comercialização, dentre vários outros procedimentos para o processo de geração de renda e segurança alimentar. Para concretização destas atividades as instituições deverão realizar visitas técnicas às unidades produtivas, cursos, dias de campo, intercâmbios e reuniões envolvendo as comunidades e famílias;

c) Apoio à implementação dos Planos de Gestão - auxiliar as associações e cooperativas na execução dos Planos de Gestão, incluindo apoio para realizar os procedimentos de licitações e aquisições e prestações de conta;

d) Viabilização do acesso a outras oportunidades de políticas públicas – As famílias podem participar de ações complementares àqueles benefícios viabilizados através dos Planos de Gestão, tendo com destaque o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, crédito rural, Cadastro Ambiental Rural, dentre outros, através das reuniões temáticas, intercâmbios e visitas técnicas.

e) Envolvimento das famílias nas ações do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

DADOS ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER

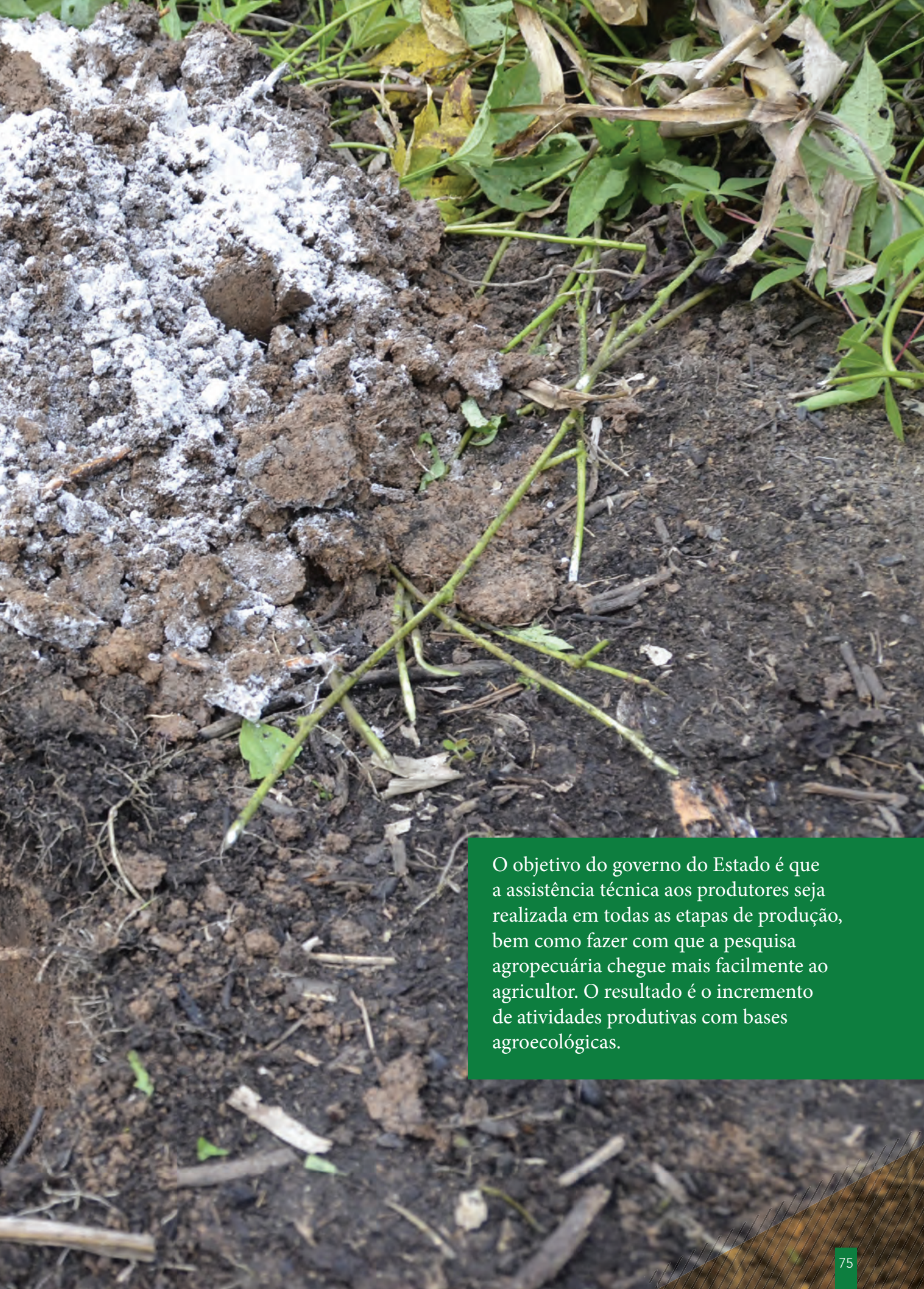
Valor investido: R\$4.027.566,32
Número de famílias beneficiadas: 2.039 famílias
Municípios beneficiados: 5 regionais (Alto Acre, Baixo Acre, Juruá, Purus e Tarauacá/Envira)

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Hectares mecanizados com o PDSA Fase II:
2.584 hectares
Qual o valor gasto com a mecanização:
R\$2,4 milhões
Nº de famílias beneficiadas: 3.106 famílias







O objetivo do governo do Estado é que a assistência técnica aos produtores seja realizada em todas as etapas de produção, bem como fazer com que a pesquisa agropecuária chegue mais facilmente ao agricultor. O resultado é o incremento de atividades produtivas com bases agroecológicas.





Com os recursos empregados em ATER, é possível realizar investimentos na melhoria da produção agrícola, gerando renda e melhorando a qualidade de vida dos produtores familiares. A proposta de trabalho conjunto entre assistência técnica e fomento à produção diminui os custos e atinge uma maior quantidade de produtores, alcançando bons resultados



A suinocultura ocupa um espaço importante no cenário agropecuário brasileiro, sendo que as empresas que atuam no setor têm sofrido uma forte concentração nos últimos anos, resultando na formação de grandes conglomerados agroindustriais com capacidade de disputar o mercado nacional e internacional.

Na etapa da produção dos suínos, existe uma presença significativa de pequenos agricultores familiares, que se relacionam comercialmente com as indústrias que abatem os animais e processam a carne no “sistema integrado de produção”.

A Cooperativa de Agricultores Familiares do Alto Acre (Coopaltoacre), é a responsável pelos dois planos de gestão apresentados para melhorias na suinocultura com recursos do PDSA. O primeiro plano de gestão visa promover a cadeia de valor da suinocultura em capixaba – unidades determinação (ut), e o segundo prevê a implantação de novas tecnologias na utilização de dejetos e efluentes de suínos em culturas e pastagens no município de Epitaciolândia.

Por meio do plano de gestão, a cooperativa trabalha com 26 famílias de Epitaciolândia e 28 no município de Capixaba, com o objetivo de adequá-los à utilização de uma nova tecnologia para aproveitamento dos dejetos em suas áreas agrícolas.

Essa adequação prevê a impermeabilização com geomembrana de PEAD (Polietileno de Alta Densidade) e armazenamento/estabilização dos dejetos produzidos nas Unidades de Terminações, obedecendo os critérios agrônômicos e ambientais. São usados como fertilizantes naturais em substituição aos fertilizantes minerais, o que promove a redução do custo de produção e o aumento da produtividade dessas áreas com o mínimo de impacto ambiental.

As principais aplicações da geomembrana são a proteção e impermeabilização de solos e estruturas, onde seja necessário agregar resistência mecânica, química e aos raios solares. São muito utilizadas em aterros sanitários e aterros para resíduos sólidos e líquidos.



Cada propriedade terá, em média, duas lagoas que devem ser utilizadas em revezamento de quarentena. O criador Edvaldo Souza ressalta que, embora as adequações exijam investimentos por parte do produtor, elas possibilitarão o aumento na renda, tendo em vista a possibilidade de abertura do mercado externo.



Modernização

O produtor Carlos Augusto dos Santos afirma que, graças a parceria da Seaprof, a suinocultura no interior do Acre se modernizou com técnicas que nem de longe lembram o passado recente.

“De primeiro, era uma sujeira imensa, com um odor terrível que ninguém aguentava. Agora existe um controle maior de todo o processo, sem poluição e sem agressão a natureza. Considero um negócio limpo”, afirma Carlos Augusto.

Inês Vieira de Souza, engenheira agrônoma e coordenadora da suinocultura da Seaprof afirma que graças a assessoria técnica promovida pelo PDSA, a cooperativa utiliza técnicas que garantem maior higiene e respeito ao meio ambiente.

“Hoje, os produtores utilizam um sistema chamado de cama sobreposta, no qual os dejetos (dos animais) não vão para o solo. O odor é eliminado quase que 100%”, diz.

Com um baixo custo de investimento, a principal vantagem da criação de suínos em camas sobrepostas é que ela se constitui em uma alternativa agroecológica, na qual os dejetos formam uma compostagem dentro do próprio local onde os animais vivem. Isso reduz os riscos de poluição ambiental e melhora sua valorização agrônômica.

“Além de trabalhar na engorda dos animais, os produtores utilizam um sistema inovador para gerar adubo orgânico. É um ganho a mais para a comunidade”, afirma Inês.

Maria Josilda Alves, presidente da Associação Unidos de Campo Alegre, na região de Capixaba, afirma que o projeto traz mais renda e desenvolvimento a região. Maria acredita que graças à localização privilegiada do Estado, Capixaba pode se tornar um polo de suinocultura.

“Acreditamos que os cooperados vão poder faturar de 800 a

mil reais por mês com este trabalho. Em época de crise, agregar esses valores ao orçamento já é muito bom para pensar na faculdade do filho ou mesmo comprar um carro novo”, diz a presidente.



DADOS SUINOCULTURA

Número de famílias beneficiadas em Capixaba: 28 famílias distribuídas em duas comunidades

- Nº de planos da suinocultura: 1 plano
- Valor do plano da suinocultura: R\$ 924.000,00
- Principal objetivo do plano: Construção de 3 unidades de Terminação para suínos com capacidade para criação de 6 mil animais

Plano de Gestão Implantação de Novas Tecnologias na Utilização de Dejetos e Efluentes de Suínos em Culturas e Pastagens no município de Eptaciolândia

- Nº de famílias beneficiadas: 26 de uma comunidade
- Nº de planos da suinocultura: 1 plano
- Valor do plano da suinocultura: valor concedente R\$ 858.000,00; valor proponente R\$ 218.249,61. Total: R\$ 1.076.249,61
- Principal objetivo do plano: Escavação e impermeabilização com Geomembrana de 52 lagoas de estabilização para armazenamento de dejetos





FLORESTA
MODERNA

Escoamento da Produção



A SEMA (Secretaria do Meio Ambiente do Acre) é o órgão responsável pela execução de políticas públicas referentes à produção florestal madeireira e não madeireira no Estado do Acre.

Dessa forma, a SEMA fomenta uma série de serviços e atividades para a promoção do manejo florestal, entre elas, a melhoria de infraestrutura de logística e escoamento da produção florestal de áreas prioritárias, como projetos de assentamento, reservas extrativistas e florestas públicas.

Estes serviços incluem a manutenção e abertura de ramais, construção de pontes e bueiros voltados para o escoamento da produção florestal comunitária, que por sua vez são contratados e executados diretamente pela secretaria.

Em 2012, com o apoio do Governo do Acre, a Resex (reserva extrativista) Chico Mendes foi a primeira do Brasil a ter um Plano de Manejo Comunitário aprovado pelo ICM-Bio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Com uma área de 18.772,74 ha, participam deste plano de manejo 60 famílias da As-

sociação dos Moradores e Produtores da RESEX Chico Mendes em Xapuri – AMOPREX, que contavam com 13.000 m³ de madeira licenciados em uma área de 1.274,17 ha.

Na Resex Chico Mendes, o governo do Acre vem desde 2011 apoiando a manutenção de ramais. Em 2016, a SEMA contratou serviços para o melhoramento de 126 km de ramais na Resex Chico Mendes, em Xapuri. Além do melhoramento da estrutura desses ramais, os serviços também incluem a implantação de obras de artes correntes e especiais, como pontes e bueiros.

Os serviços se estenderam até 2017 e devem continuar com a manutenção de mais 70 km em Xapuri e Brasiléia. Os investimentos totais devem ultrapassar os R\$ 12 milhões, ultrapassando a meta de 126 km, sendo que as atividades são monitoradas e fiscalizadas numa parceria entre a SEMA, DERACRE, ICMBio e Associações de Moradores da Resex Chico Mendes em Xapuri.

A atividade atinge diretamente 22 comunidades da Resex, especialmente a do Dois Irmãos, Palmari, Albrácea/Japão, Simitumba e Rio Branco/Floresta, Filipinas, beneficiando

do 800 famílias, cerca de 3.800 pessoas, com a melhoria de condições de transporte e deslocamento diário de 700 estudantes das comunidades, escoamento de mais de 30 mil latas de castanha do Brasil e de mais de 30 toneladas de látex. Além das comunidades da Resex, a comunidade do bairro Sibéria, fora da Resex, também receberá melhorias no ramal principal da comunidade.

Antimary

Foco também das atividades do PDSA II, a Floresta Estadual do Antimary - FEA é referência para a discussão de modelos de concessões florestais no país. Nela convivem comunidades, há exploração comercial madeireira e pesquisa aplicada, desenvolvida por entidades de renome, notadamente a Embrapa Acre e a FUNTAC (Fundação de Tecnologia do Estado do Acre).

Atualmente, a FEA conta com um Plano de Manejo Florestal de 45.686,56 ha, destinados para a Exploração Florestal, beneficiando suas 53 famílias residentes.

A garantia anual do escoamento da produção florestal e familiar da FEA é essencial para a continuidade das atividades desenvolvidas na floresta. Para isso, com um investimento de R\$ 2 milhões, em 2013 foi realizada a manutenção de 23 km ramais do ramal principal de acesso (ramal do Ouro) e abertura de 15 km do ramal interno que leva acesso aos lotes de moradores e áreas de manejo florestal.

Com a manutenção anual dos ramais, são beneficiadas diretamente 53 famílias da FEA, possibilitando o escoamento anual de mais de 10.000 m³ de madeira e 140 toneladas/ano de castanha. Além disso, também são indiretamente beneficiadas com melhor acesso cerca de 300 famílias de projetos de três assentamentos do INCRA no entorno da FEA.







Cadeia Produtiva Florestal



Em maio de 2017, o governo do Acre também divulgou edital de dez milhões de reais que beneficiou comunidades da floresta que desenvolvem atividades de consolidação da cadeia produtiva florestal, para produtos madeireiros e florestais não madeireiros (oleaginosas e sementes florestais nativas).

O edital, aberto por meio da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), selecionou planos de gestão, com oferta de apoio financeiro não reembolsável.

O investimento beneficia, especialmente, moradores de Unidades de Conservação de uso Sustentável, assentados da reforma agrária, comunidades ribeirinhas extrativistas e demais populações tradicionais.

O Acre possui uma das mais ricas biodiversidades do mundo. O látex, a castanha e a madeira são três elementos essenciais para a economia do estado, manejados pela população da floresta, principalmente pelos seringueiros.

Como a ocupação do estado é historicamente associada ao aproveitamento dos produtos da floresta, a preocupação central do programa foi implementar um modelo de desenvolvimento a partir do manejo e conservação dos recursos naturais, com estímulo ao setor produtivo e oferta de infraestrutura.

O histórico de desmatamento no estado, por exemplo, foi revertido com a implantação de vários programas de apoio aos produtores familiares. O fato é que o Acre está mudando sua economia porque acredita na agricultura familiar e no pequeno produtor, que geram riqueza, conscientização e renda.



Cadeia de valor do cocão



Além de trabalharem com o manejo madeireiro e não madeireiro, os planos apresentados pelas comunidades e associações desenvolvem ações como abertura de ramais para transporte e escoamento da produção e criação de florestas.

Entre os projetos de sucesso não madeireiro, está o da Coopermogno, Cooperativa de Produtores Familiares e Economia Solidária da Floresta do Mogno, em Tarauacá.

‘Desenvolvendo a cadeia de valor do Cocão’ atende 222 famílias moradoras do

Complexo de Floresta Estaduais do Rio Gregório (CFERG) que trabalham na safra anual de coleta do cocão. São 5 mil sacas, rendimento de 215 mil kg de fruto, resultando em 15.050 kg de óleo e 66.650 kg de carvão advindo da casca do fruto.

Atualmente vivem no CFERG 500 famílias, aproximadamente 1.600 habitantes, que se organizam socialmente através de seis associações de moradores e duas cooperativas.

O local possui uma área total de 486 mil hectares. Destes, 240 mil ha são destinados a concessões florestais, e 32 mil ha ao manejo florestal comunitário, este último nas áreas individuais, destinadas a cada família, de aproximadamente 100 ha/família.

Estes programas e projetos governamentais aliados ao trabalho de cada família em suas áreas produtivas, com direito de uso reconhecido, e as áreas de utilização extrativista das florestas têm possibilitado uma melhora na vida dos habitantes da floresta e de seu entorno. Antes, uma região bastante isolada e com altos índices de desnutrição e de vulnerabilidade social.





Com o fomento à Cadeia Produtiva do Cocão, várias famílias do Complexo de Florestas do Gregório garantem um significativo aumento da renda familiar. De um mesmo fruto é possível produzir o óleo vegetal, ração para os animais e o carvão.



Retomada

A presidente da Coopermogno Maria Antônia Cavalli da Silva, afirma que o PDSA possibilitou a retomada dos trabalhos na cooperativa que enfrentou problemas por anos.

“Hoje nossa sede tem área para secagem, viveiro para frutíferas, carvão [feito da casca do fruto]. No início, muitos produtores não acreditavam e hoje nos procuram para vender o cocão”, diz a presidente.

Edmilson Mesquita, conselheiro da Coopermogno, disse que o crescimento da cooperativa significa melhores condições de trabalho para as comunidades locais. O objetivo

é aproveitar tudo do cocão, do qual é possível produzir óleo, carvão e ração.

“Além disso, estamos investindo na fruticultura, como o cultivo do açaí, para que as pessoas possam produzir preservando a floresta. Podemos diminuir 25% o desmatamento dessa forma”.







A Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac) contribui com avanços científicos e tecnológicos no estado há 30 anos. Na área da pesquisa com oleaginosas, comunidades extrativistas têm sido beneficiadas com a comercialização de insumos florestais para a produção de cosméticos, fitoterápicos e até gastronômicos.



Outro plano de gestão vitorioso não madeireiro é uma iniciativa da Coopercintra, cooperativa fundada por produtores agroextrativistas em 2011, no município de Rodrigues Alves, e que tem como objetivo fortalecer a cadeia de valor do murumuru, especialmente o beneficiamento e a comercialização do óleo, que é empregado principalmente na indústria de cosméticos.

A Coopercintra trabalha com a espécie em parceria com diversos órgãos governamentais e do terceiro setor. Ajuda a fomentar a economia florestal de coletores extrativistas e ribeirinhos em 52 comunidades do Alto e Baixo Juruá, distribuídas em cinco municípios (Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Jordão e Marechal Thaumaturgo e de parte do Amazonas).

Além dos coletores, também é alternativa de trabalho e renda para os 29 cooperados que oferecem serviços para a cooperativa, e também com a distribuição dos benefícios ao final do exercício anual entre cooperados.

De acordo com Osmarino de Souza, vice-presidente da cooperativa, o grande desafio na produção do murumuru é o transporte fluvial que depende muito do nível dos rios.

“O transporte por barco tem que ser feito até julho e agosto, enquanto que os rios estão cheios. Depois [com a estiagem] praticamente secam e não dá para levar o produto que depende de barcos grandes”.

De acordo com Osmarino, graças ao PDSA II, além do investimento no plantio alternativo de frutíferas, os cooperados vão ter a disposição um barco que vai ser construído para o transporte médio de 900 mil sacas de murumuru.

“Isso vai diminuir muito o custo do frete que hoje pesa muito *pra* nós. Estamos otimistas, prova disso é que já temos como compradores de nossos produtos duas grandes empresas”, disse o vice-presidente.







O aporte de recursos alcançados via projetos governamentais tem sido essencial para a ampliação da estrutura das cooperativas extrativistas, que são fundamentais no processo das políticas voltadas à baixa emissão de carbono. Os incentivos são significativos, porque além da valorização dos moradores das florestas, o programa ajuda a incrementar renda dentro da própria comunidade.

Buriti em alta



Em Mâncio Lima, a Cooperativa de Produtores de Polpa de Frutos Nativos, Coopfrutos, desenvolveu seu plano de gestão para fortalecer a cadeia de valor do buriti. Especialmente o beneficiamento e a comercialização do óleo, que é empregado na indústria cosmética.

O buriti tem se destacado na região como alternativa na conservação da biodiversidade, uma vez que promove o desenvolvimento de trabalho em três comunidades, que realizam o manejo do fruto em suas propriedades, apresentando, com isso, uma fonte alternativa de renda e alimentação para a população local.

A oleaginoso é uma alternativa de trabalho e renda para os 35 cooperados que oferecem serviços para a Cooperativa e, também, com a distribuição dos benefícios ao final do exercício anual entre cooperados.

O PDSA, por meio das ações desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente do Acre, garante apoio à gestão administrativa e técnica, capacitação dos beneficiários na coleta e beneficiamento, no apoio logístico para transporte do fruto à usina, na aquisição de maquinários e utensílios para beneficiamento e comercialização do óleo de buriti, além de incentivo aos

juvens na continuação da atividade.

A presidente da Coopfrutos, Elines Ferreira de Araújo, afirma que só tem motivos para comemorar desde que o projeto foi aprovado.

“Antes, a gente trabalhava em pequena escala com o buriti, hoje, graças aos novos equipamentos, temos novos produtos a oferecer como o açaí, o patuá e o coco da praia”, diz.

Ainda de acordo com Elines, há dois anos a Coopfrutos contabilizava apenas 15 cooperados, hoje são 150 pessoas beneficiadas diretamente.

“Melhoramos a forma de lavagem dos produtos, impedimos o desperdício aproveitando a borra do produto para fazer sabão, sabonetes e retiramos óleos essenciais para poder vendê-los”, diz.

A presidente diz que a Coopfrutos também já está de olho no mercado externo.

“Uma representante nossa foi à Alemanha e investidores se

mostraram interessados. Queremos nos credenciar para poder trabalhar diretamente com o mercado europeu”, afirma, sem esconder o orgulho”







Em Mâncio Lima, o buriti tem se destacado como alternativa na conservação da biodiversidade

Comunidades extrativistas lucram com a extração de óleos e ajudam a conservar a floresta



A Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), também inserida no Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA II), tinha em seu Laboratório de Produtos Naturais (LPN), a proposta inicial de estudar espécies não-madeireiras abundantes na região amazônica, a exemplo da copaíba, murmuru, açaí, buriti e castanha. Mas logo o projeto do LPN foi ampliado e incluiu outras espécies, como a andiroba, cocão, patauí, ouricuri, tucumã, cupuaçu e bacaba.

“O desafio maior a princípio era trabalharmos um ciclo que desse possibilidade de encontrarmos metodologias de rastreabilidade das espécies, e foi assim que iniciamos um trabalho de campo para mapeamento, identificação botânica e perfil químico, até chegarmos às capacitações junto às comunidades”, explica Silvia Basso, Diretora-técnica da Funtac.

Os estudos resultaram na consolidação da parceria com as comunidades extrativistas, que passou a receber capacitação da equipe técnica para a utilização de boas práticas de extração da matéria-prima. Por não

ser uma instituição apta a comercializar, a Funtac emite laudo de qualidade dos óleos para que estes possam ir para a indústria de insumos.

Atualmente, o termo de cooperação técnica envolve quatro cooperativas: a Coopfrutos, de Mâncio Lima, Cooperiaco, de Sena Madureira, Coopercintra, de Rodrigues Alves, e Caet, de Tarauacá. Além dessas, há atividades desenvolvidas com cinco associações espalhadas pelo Juruá.

“Na área de gastronomia essas matérias-primas também têm se tornado um potencial econômico muito forte, temos como exemplo no estado empresas como a Cooperacre e a Olam, do grupo Miragina, que utilizam o óleo da castanha e tem grande aceitação no mercado nacional”, acrescenta a diretora.

Além das transferências tecnológicas, outros avanços podem ser destacados como estudos que apontam a possibilidade de utilização de resíduos e produção de éster, uma espécie de subproduto dos óleos para outros fins.



Manejo Florestal contra o desmatamento



Os planos de gestão de manejo madeireiro nas reservas acreanas também são exemplos de como gerar renda às comunidades e evitar danos ao meio ambiente. Em Tarauacá, a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários, a Cooperfloresta, apresentou o plano de apoio à cadeia de valor de produtos florestais madeireiros no complexo de florestas estaduais do Rio Gregório.

A ação atende solicitações de cinco associações do complexo, para apoiá-las nas atividades de implantação dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis Comunitário e na organização da produção florestal.

A experiência de 12 anos da Cooperfloresta como protagonista da cadeia de valor da madeira manejada e certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (organismo internacional), nas regionais do Baixo e Alto Acre, despertou o interesse comunitário das associações do complexo.

No projeto, as associações envolveram, num primeiro momento, 103 manejadores e associados. Porém, com potencial de triplicar o número de famílias participantes do Plano

de Manejo Florestal Sustentável em até cinco anos, ultrapassando as 300 famílias beneficiárias da proposta.

A área total prevista para o plano é de 7.210 hectares, correspondendo a uma área de efetiva produção de 5.768 hectares de área de manejo florestal.

Além de garantir a habilitação das florestas para o manejo florestal no complexo, o plano promove a criação de postos de trabalho e renda da atividade florestal desenvolvida pelas associações que atuam no programa, aliado ao fornecimento de matéria prima legal para o mercado.

A implantação do manejo fortaleceu o setor produtivo, com capacitação e acompanhamento técnico, contribuindo para que as comunidades diversificassem sua renda e equilibrassem o uso sustentável dos principais elementos da região.



Moradores do Complexo de Florestas do Gregório receberam capacitação e orientação para o início a prática do manejo comunitário na região.

Necessidade e desafios



Dionisio Barbosa de Aquino, um dos fundadores da Cooperfloresta, afirma que o manejo florestal comunitário nasceu de uma necessidade, por causa do impacto da agricultura e da pecuária nas matas nativas do Acre.

“As pessoas precisavam entender que a floresta em pé também é um bom negócio e dá dinheiro ao produtor”, diz.

Dionisio ressalta que o manejo florestal é um grande desafio para a comunidade porque é uma cadeia ampla que exige treinamento.

“É preciso ter consciência de que se trata de um projeto para filhos e netos e vai continuar para a vida toda. Preservando a floresta, você também preserva a fauna e todo o meio-ambiente”.

Atualmente 68 espécies florestais mostram potencial ou já são manejadas e processadas pela

indústria florestal acreana. Desse total, em média 35 são utilizadas para a produção de madeira serrada, 28 para lâminas torneadas e 22 para lâminas faqueadas.

Entre as mais comuns estão o angelim, cedro, cerejeira, cumarus, ipês, jatobá, maçaranduba, paricá, mulateiro, breus e sumaúma. Além dessas, outras espécies como a seringueira, andiroba, copaíba, murmururu, buriti e cocão fornecem produtos não-madeireiros importantes como o látex, sementes e óleos.

O processo de licenciamento da atividade de manejo florestal em áreas particulares e em florestas públicas é o mesmo, pois ambas devem dispor de planos de manejo, planos operacionais anuais e de responsáveis técnicos. Entretanto, ao contrário das áreas particulares, a execução dos planos de manejo das florestas públicas deve obedecer ao regramento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que exige a elaboração e implantação de um plano de uso da floresta, que norteia qualquer atividade produtiva na área, seja esta florestal ou não.

No Acre a pioneira Lei Florestal Estadual também estabelece diretrizes para o manejo em florestas públicas estaduais.



Manejo Florestal passo a passo

1

A área é identificada

2

Inventário Florestal 100% do documento vai apontar todas as características da área com detalhes, quantidade de árvores, presença e rios ou igarapés, presença de APP, e outras informações

3

Elaboração do Plano de Manejo Florestal e do Plano Operacional Anual

4

Solicitação do licenciamento ao Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) com apresentação dos planos

5

Autorização para exploração

6

Exploração

Árvores maduras



Cada hectare de floresta possui em média 200 árvores maduras e 1.000 árvores jovens. No manejo florestal são retiradas aproximadamente de 4 a 6 árvores por hectares, que em média representam de 15 a 30 m³.

A exploração florestal é realizada num ciclo de produção que vai de 10, 25 a 30 anos, ou seja, após a retirada de madeira só é permitido voltar a explorar a mesma área no ciclo adotado.

Considerando que no Acre há 6 milhões de hectares de florestas exploráveis e uma volumetria média explorável de 15 m³ por hectare, num ciclo de produção de 30 anos seria possível retirar até 2 milhões de m³ de madeira em tora por ano (levando em conta uma perda média de 30% da produção).

Entretanto, por falta de acesso ou distância dos polos industriais nem todas as áreas de floresta estão acessíveis. Dessa forma, no estado são retirados em média 400 mil m³ de madeira em tora por ano.

O objetivo do Programa de Concessões Florestais é garantir o suprimento florestal através da consolidação e ampliação das áreas de manejo florestais públicas. Dessa forma, es-

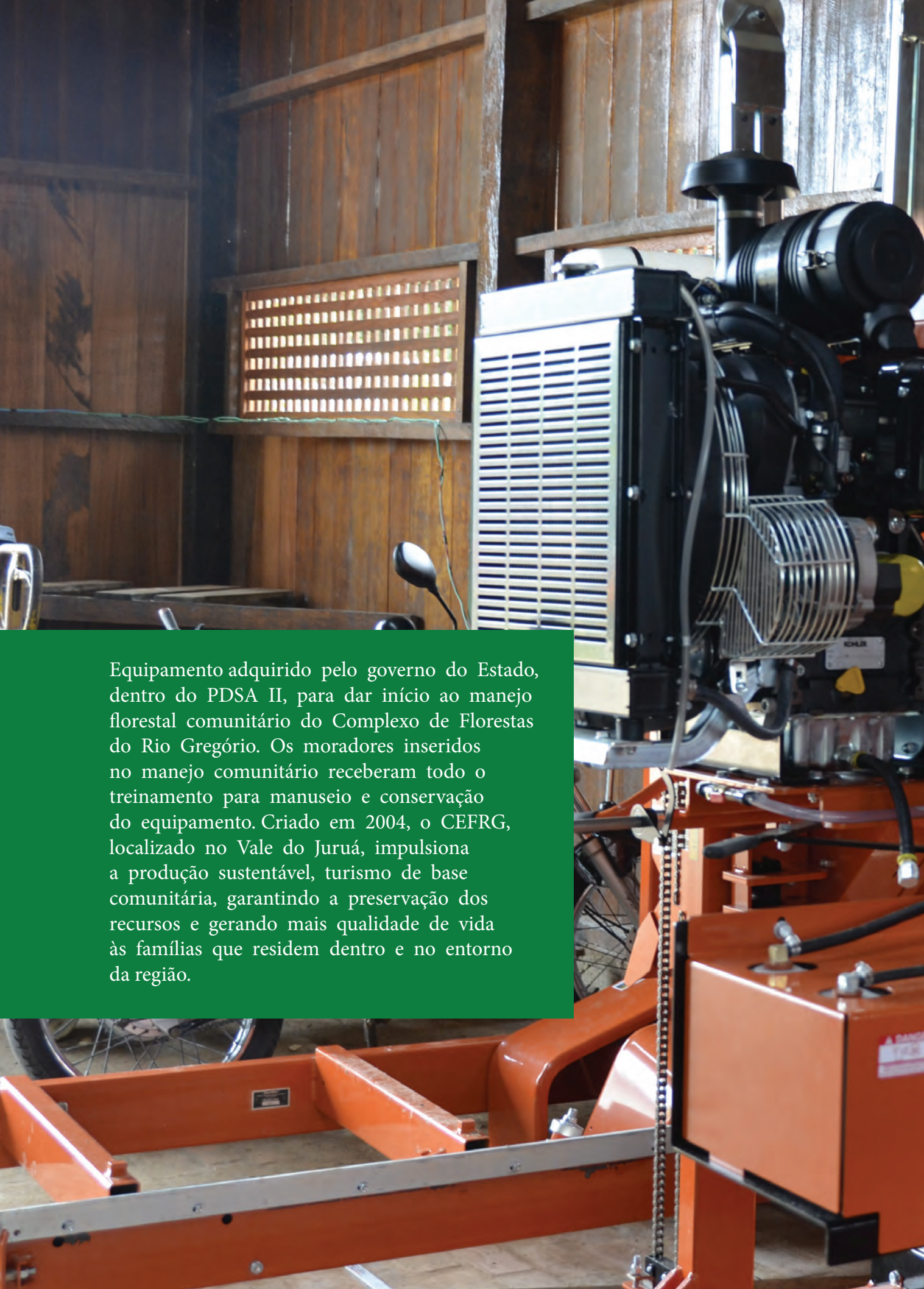
tão sendo desenvolvidas ações que vão desde a concessão e criação de novas florestas públicas, que em 2018 devem chegar a mais de 600 mil ha, sendo lançado o primeiro edital de concessão florestal de 240 mil ha do Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório.

O Programa de Florestas Plantadas também visa garantir e ampliar o suprimento florestal através do plantio de mais de 15 mil hectares de florestas plantadas com fins madeireiros. Além de reaproveitar áreas abandonadas ou degradadas, o Programa também deve diminuir a pressão sobre as florestas nativas do Estado, já que sua produção deve substituir parte da madeira que é retirada hoje através do manejo florestal.

No Acre, a mais nobre espécie florestal sem dúvida é o mogno, em função da tradição de séculos de uso, da qualidade e beleza de sua madeira. Além do mogno, podemos considerar ainda como nobres os diversos cedros, ipês, angelins e mais recentemente os cumarus, utilizados na Ásia e Europa e América do Norte para decks residenciais e da indústria naval. São espécies manejadas e de grande procura pelo mercado.



A pioneira Lei Florestal Estadual também estabelece diretrizes para o manejo em florestas públicas estaduais



Equipamento adquirido pelo governo do Estado, dentro do PDSA II, para dar início ao manejo florestal comunitário do Complexo de Florestas do Rio Gregório. Os moradores inseridos no manejo comunitário receberam todo o treinamento para manuseio e conservação do equipamento. Criado em 2004, o CEFREG, localizado no Vale do Juruá, impulsiona a produção sustentável, turismo de base comunitária, garantindo a preservação dos recursos e gerando mais qualidade de vida às famílias que residem dentro e no entorno da região.





PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE

PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE

PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE

PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE

PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE

PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE

PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE

PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE

PDSA
PROGRESS THROUGH
SUSTAINABLE
AGRICULTURE



DE OLHO
NO FUTURO





Em várias regiões do Acre, o PDSA II também está mudando a vida das comunidades. Em Xapuri, terra de seringueiro e ambientalista Chico Mendes (1944-1988), a realidade dos moradores é bem diferente daquela vivida décadas atrás.

Raimundo Mendes de Barros, líder seringueiro, acompanhou de perto os conflitos nos anos 1980 que resultaram em muita violência e assassinatos, incluindo a morte de seu primo, Chico Mendes.

“Aqui era uma área isolada, com índices altíssimos de analfabetismo e pobreza”, lembra.

Uma época em que a população andava a pé ou no lombo de um burro ou cavalo para poder se locomover na floresta.

“As pessoas não sabiam o que era um CPF ou um título de eleitor”, recorda.

Mas Raimundo diz que tudo isso é passado, graças a programas governamentais como o PDSA que garante subsídios para que os pequenos produtores trabalhem sem causar desmatamento em áreas preservadas.

“Existe um apoio ao extrativismo da borracha, ao armazenamento e transporte da castanha, à criação de peixes para subsistência e muito mais. Um novo amanhecer, diferente daquela escuridão que vivemos no passado”, garante.

Francisco de Oliveira, presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, afirma que atualmente a filosofia de trabalho nas comunidades é defender a terra e, ao mesmo tempo, orientar o homem do campo para que trabalhe de forma sustentável.

“Além da luta pela questão dos direitos do trabalhador para ele poder participar da vida como cidadão”, diz.

O sindicalista diz que o governo do Estado tem contribuído bastante para o manejo comunitário da floresta, garantindo infraestrutura para que os produtos do interior do Acre cheguem ao mercado.

Francisco refere-se à abertura de ramais (vias secundárias) em várias áreas do estado, para o escoamento de produtos como a castanha e a madeira legal.

“Além disso, hoje o produtor e o extrativista tem a consciência de que é possível ganhar dinheiro reflorestando e criando uma floresta produtiva. São ações que contribuem para a sociedade e para o bolso dele”.



Raimundo Mendes de Barros (o Raimundão), líder seringueiro, acompanhou de perto os conflitos nos anos 1980 e diz que o Acre melhorou



Saindo do isolamento

Sebastião Pereira da Silva, presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes, ainda em Xapuri, lembra que programas como o PDSA II são importantes porque ajudam a tirar as comunidades do isolamento.

“Melhorou muito a qualidade de vida das pessoas. Antes, não havia acesso à saúde pública, por exemplo. Mas graças as parcerias nos últimos anos, muitos extrativistas têm seu carro, sua moto”, diz Sebastião.

O presidente da associação afirma que foram muitas melhorias nos últimos quatro anos. O governo construiu 126 km em ramais para o escoamento da produção e deu estrutura para o armazenamento e também o transporte de castanhas, com a compra de quadriciclos. Além de investimentos na piscicultura, para agregar rendimento às famílias.

“Fazemos aquilo que é *pragmático* e espero que isso não acabe. O PDSA é importante para a defesa da floresta em pé, onde podemos desfrutar dela por muito tempo”, ressalta.







Áreas Indígenas fortalecidas



As populações indígenas também foram beneficiadas pelo governo do Acre. O plano de gestão Fortalecendo o Manejo, Coleta e Comercialização de Sementes Florestais Nativas é uma iniciativa da Cooperativa Ashaninka Ayõpare.

Trata-se de uma das organizações sociais do povo Ashaninka da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, localizadas na região do Alto Juruá, no município de Marechal Thaumaturgo, fronteira Brasil-Peru.

Há algum tempo que esta cooperativa realiza trabalhos de coleta de sementes, produção de mudas e comercialização da produção. Porém para alcance de maior qualidade fitossanitária e, conseqüentemente, maior mercado deve-se garantir a origem das sementes e mudas, e cumprir com todas as regras e protocolos nos órgãos competentes.

Assim, neste plano de gestão foi demonstrado um pouco das características da área, da organização social, das experiências bem-sucedidas, além dos problemas e as necessidades e propostas de trabalho para fortalecer o manejo, a coleta e comercialização de sementes e mudas florestais nativas.

Foi ressaltado também, o trabalho educativo em práticas agroecológicas realizado no Centro Yorenka Átame com estudantes de escolas públicas e com produtores agroextrativistas.

Estas atividades, insumos, atendimento a protocolos de fitossanidade, novas técnicas, entre outros, contribuem para a solidificação desta cadeia de valor que empreende o povo Ashaninka do Rio Amônia, e propicia o aumento e diversificação do trabalho e renda das famílias.

Além disso, busca-se contribuir significativamente com o entorno da terra indígena e o município de Marechal Thaumaturgo, com estudantes e produtores, sobre técnicas de produção e conservação dos recursos naturais através da coleta de sementes, produção de mudas, enriquecimento florestal e implantação de Sistemas Agroflorestais.



Numa das curvas do Amônia surge a aldeia dos Ashaninkas, e, vista de cima, ela já revela o que o visitante encontra em terra firme: limpeza, organização e um cuidado que reflete o amor, o carinho e o respeito que este povo tem pela floresta.

Os Ashaninkas estão presentes na região há milhares de anos e ocupam também uma parte do Peru. Eles são o povo mais numeroso da América do Sul e conseguiram sobreviver ao massacre dos espanhóis, dos peruanos, e do período da exploração da borracha. Quando eles se estabeleceram na terra que ocupam hoje a área era um grande pasto.

Oleaginosas em Porto Walter



A Cooperativa Agroextrativista Pushuã Shawãdawa, fundada por indígenas e produtores agroextrativistas da terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, em 2010, no município de Porto Walter, também foi beneficiada.

Seu projeto tem o objetivo de estruturar a cadeia de valor do cocão em aldeias e comunidades da Terra Indígena de Arara do Igarapé Humaitá, no município de Porto Walter, tendo como público alvo 39 famílias distribuídas em três aldeias subdivididas em cinco comunidades de Porto Walter.

A Pushuã tem desenvolvido trabalhos para o fortalecimento da cadeia das oleaginosas, como o murumuru, através de parceria com ONGs e instituições governamentais.

Este plano é uma estratégia de uso consciente dos recursos naturais, pois estimula a conservação da floresta em pé, o que confere importantes serviços ecossistêmicos, origina diversificação da produção e possibilita renda monetária.

Um projeto que diminui um dos dilemas das áreas rurais ao frear o avanço do desmatamento para a criação extensiva de gado, atividade que costuma ser muito praticada por comunidades tradicionais na Amazônia.

Caracterização do extrativismo do cocão

MAY	ABY	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
X	X						X	X	X
	X	X	X	X	X	X			
X									
X									
						X			
	X								

Foi oferecido capacitação para a comunidade sobre Organização Social e Gestão, preparando para que eles possam dominar a questão de contratos, vendas e comercialização.





Galpões para secagem do coco foram construídos na Aldeia com recursos do PDSA II

Instituto Dom Moacyr - Educação profissional de qualidade



Dentre as várias ações do PDSA II também está prevista a realização de capacitação dos beneficiados, por meio da oferta de educação profissional técnica de nível médio e formação inicial e continuada, bem como oficinas e a qualificação de Agentes de Desenvolvimento Local, a ADL, oferecida pelo Instituto Dom Moacyr.

O PDSA foi implementado no Instituto Dom Moacyr, a partir de 2016, com a realização do processo licitatório e o início do Curso Técnico em Floresta, em 2017. Nesta primeira fase, foram 30 educandos formados, cinco mulheres e 25 homens.

São todos jovens vindos das cinco reservas extrativistas do Estado (Resex) que agora retornam às suas comunidades com novas ideias e propostas de trabalho.

“Quando a gente vem de uma realidade bem diferente em busca de conhecimento, é uma experiência fantástica. A proposta agora é retornar às nossas

comunidades e desenvolver um trabalho de forma sustentável”, afirma o educando Germano Bezerra do Nascimento, morador da região do Alto Juruá.

Maria Rita Paro, diretora do Instituto Dom Moacyr (IDM), afirma que o objetivo do curso é garantir a valorização das comunidades e da floresta onde vivem e se sustentam.

“Sabemos o quanto os educandos e colaboradores valorizam este trabalho e a importância dos produtos que vêm da floresta”, ressalta.

Para Maria Rita, os jovens que por tradição e herança, já desenvolvem um trabalho empírico nas reservas, agora vão levar um conhecimento formal e técnico às comunidades.

“Essas comunidades vão dispor de um profissional qualificado. Um jovem transformador e disseminador de uma grande ideia que é valorizar a floresta em que vive. Enfim, um formador de opinião”, argumenta Maria Rita.



Na primeira fase do curso, foram 30 educandos formados, cinco mulheres e 25 homens.



Não sei a para a florista ???

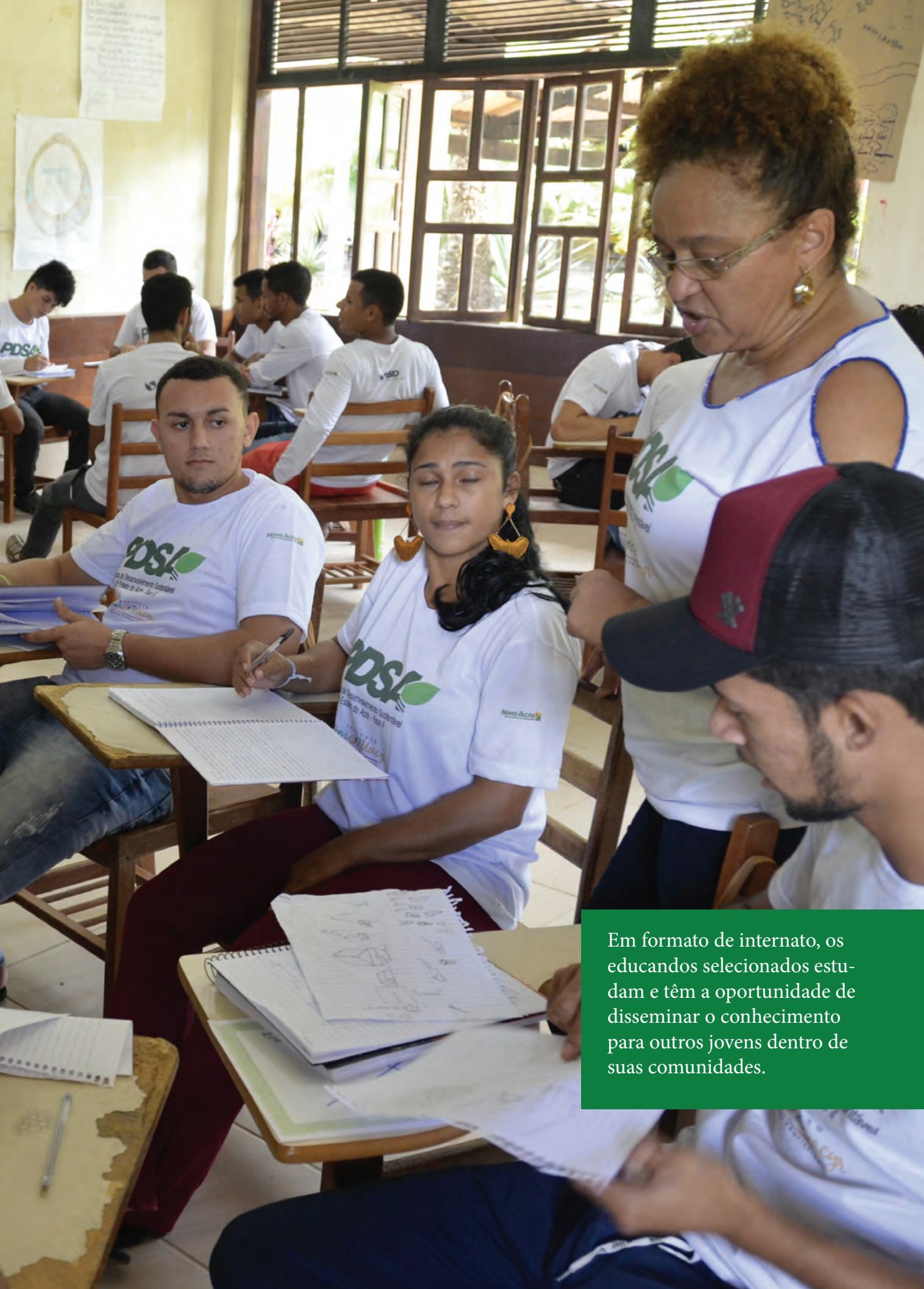
PDSA
Programa de Desenvolvimento Social do Estado do Rio de Janeiro

PDSA
Programa de Desenvolvimento Social do Estado do Rio de Janeiro

BID

Melhorando vidas

BID



Em formato de internato, os educandos selecionados estudam e têm a oportunidade de disseminar o conhecimento para outros jovens dentro de suas comunidades.









DESAFIOS E
BONS RESULTADOS

Desenvolvimento sustentável e duradouro



Isaque Bernom, técnico da Secretaria do Meio Ambiente do Acre e gestor do Complexo de Floresta Estaduais do Rio Gregório, informa que o manejo comunitário junto às comunidades é a melhor forma de manter a floresta em pé de uma forma produtiva.

Para tanto, a secretaria já disponibilizou às associações e cooperativas da região maquiná-

rio, treinamento da população e licenciamento das áreas para exploração da madeira.

O gestor explica que por meio do manejo comunitário, uma área que foi explorada no primeiro ano pelo extrativismo, só vai voltar a ser produtiva, 20 a 30 anos depois. É o tempo que essa área leva para se recuperar e essas árvores vão estar maduras para o abate.



“Você tem o desenvolvimento sustentável no qual é possível trabalhar continuamente numa mesma área, deixando a floresta em pé”, comenta.


Isaque ressalta ainda o trabalho das Unidades de Gestão Ambiental Integrada (UGAIs), criadas nas reservas florestais por meio do PDSA. As sedes das UGAIs funcionam como pontos de apoio e suporte aos moradores das áreas de preservação próximas e as equipes do governo que sempre realizam trabalhos junto às comunidades.

“Elas [Ugais] mantêm uma distância de 100 quilômetros

entre uma e outra e também servem de apoio aos órgãos do Estado na parte de manejo, regularização fundiária, fiscalização e monitoramento”.

O gestor afirma que muitas dessas unidades funcionam perto dos rios e acabam dando suporte às comunidades que utilizam os barcos como transporte.

“Além disso, temos veículos que fazem trabalho de ambulância e muitas pessoas que fazem cursos de graduação online utilizam a estrutura das UGAIs”, afirma Isaque.



As Unidades de Gestão Ambientais Integradas são geridas pela Sema, servindo de apoio e suporte para moradores das florestas públicas, bem como para as equipes de governo que realizam trabalhos distintos nessas localidades.

Segundo o secretário adjunto de Meio Ambiente, João Paulo Mastrângelo, o PDSA em suas duas fases, contrapõe o modelo estabelecido por décadas na Amazônia que incentivou o desmatamento. Ou seja, a pecuária em larga escala.

Mastrângelo explica que num primeiro momento, o PDSA criou uma base legal e regulatória de preservação das florestas com a criação de reservas estaduais em áreas problemáticas.

Em seguida, em sua segunda fase, estabeleceu formas de tornar essas florestas produtivas. O secretário disse ainda que o programa apresentou resultados importantes consolidando-se como uma experiência interessante no mundo.

Tanto que, de acordo com Mastrangelo, criou uma aliança entre estados subnacionais localizados em florestas tropicais que querem assumir o protagonismo

“em relação à promoção de desenvolvimento aliado a conservação”.

“O PDSA fortalece esse debate global num momento em que vivemos de aquecimento global e outros problemas ambientais e no qual a população demonstra completa rejeição ao desmatamento. Além de reduzir desigualdades”, afirma.



Em sua segunda fase, PDSA estabeleceu formas de tornar essas florestas produtivas



Todo esse trabalho inovador na floresta acreana é acompanhado de perto pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que participa do PDSA na produção de conhecimento, monitoramento e estratégias de plantio.

“Temos uma equipe de pesquisadores trabalhando nas florestas e usando geotecnologia para avaliar o potencial e a dinâmica florestais”, explica Eufra Ferreira do Amaral, chefe-geral da Embrapa no Acre.

Eufra afirma que este trabalho permite dar maior robustez aos resultados do projeto e “retroalimentar” as ações de investimentos.

“Isso garante uma menor possibilidade de perdas de recursos no ato desse investimento”



Marky Brito, diretor de Florestas da Sema, lembra que, além do trabalho nas florestas estaduais, a secretaria, por meio do PDSA II, também está presente em assentamentos e reservas indígenas.

Para tanto, oferece tecnologia, informação e capacitação a uma comunidade consciente do que a floresta pode oferecer.

“São pessoas que lutaram pela floresta preservada e que sabem que esses recursos em longo prazo são uma poupança para eles”, argumenta.

Marky cita como exemplo o manejo madeireiro e não madeireiro realizado na Floresta Estadual de Antimary (FEA), referência em todo o Estado. Com vasta diversidade de fauna e flora, a floresta, localizada entre Bujari e Sena Madureira, a área é utilizada para pesquisa por estudantes e cientistas.

“Em 2005, a renda média anual dos moradores era de R\$ 1.700. Em 2014, subiu para R\$ 26 mil por ano. Hoje, você vê famílias comprando motos e caminhonetes e pagando os estudos dos filhos graças às florestas preservadas”, garante.

Enfim, um novo Acre que prospera investindo em tradição e inovação e que acredita em suas riquezas naturais e no poder transformador de seu povo. Economia inteligente que conserva e todos ganham. Acre: floresta habitada, produtiva e conservada.



Com a implementação do Plano de Gestão da Associação Seringueira Porto Dias, 20 jovens do Projeto de Assentamento Agroextrativista Porto Dias, localizado na zona rural de Acrelândia, aprendeu um novo ofício com o curso de confecção de artesanato com resíduos madeireiros.

Para que o plano de gestão se concretizasse na comunidade, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), por meio do PDSA, investiu R\$ 554,5 mil. Os outros 21% foram capitaneados pela associação.

Daiane do Nascimento, de 19 anos, relata a importância do curso para a sua vida. “Eu tive que sair para estudar, mas retornei porque a minha vida é aqui. Esse projeto vai proporcionar uma melhoria de vida para todos nós.”





